

EDITORIAL

O presente volume reúne sete artigos apresentados no XIII Encontro Nacional da Anpur, realizado em maio de 2009, na cidade de Florianópolis. Foram selecionados pela comissão editorial, a partir de um total de 18 indicados pelos membros do comitê científico do encontro. Este tem sido um procedimento adotado desde o primeiro volume da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ou seja, divulgar textos selecionados a partir da produção científica de professores, pesquisadores, alunos de pós-graduação, entre outros, que a cada dois anos apresentam trabalhos nas sessões temáticas do encontro nacional da Anpur. O objetivo é divulgar mais amplamente essa produção, expressa em abordagens disciplinares e transdisciplinares que caracterizam a área de conhecimento do Planejamento Urbano e Regional (PUR). Nas sessões temáticas do XIII Encontro foram apresentados trabalhos sobre planejamento e políticas públicas, produção e gestão do território, transformações na configuração do espaço urbano, escalas e redes espaciais, ambiente e sociedade, urbanismo, cultura e identidade, novas tecnologias, território e ensino.

Os três primeiros artigos trazem reflexões sobre aspectos relevantes de projeto e plano urbanos ainda pouco explorados na produção científica da área do PUR. O primeiro artigo, de autoria de Maria Julieta Nunes de Souza e Rose Compans, discute a temática da segurança em propostas de desenho urbano da cidade. Contém importantes contribuições desenvolvidas a partir das seguintes questões: existe uma relação direta entre configuração físico-territorial e segurança? Em caso positivo, quais seriam os dispositivos, mecanismos e formas capazes de promovê-la? A pesquisa tem como objeto de observação empírica intervenções urbanas realizadas em áreas de favelas no Rio de Janeiro por ocasião da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. O segundo artigo, de autoria de Lívia Miranda, aborda questões relacionadas ao planejamento de áreas de transição rural-urbano. A autora observa que, apesar dos graves problemas relacionados ao uso e ocupação destas áreas, elas não têm sido foco de planejamento. São, então, exploradas as razões para isto, por meio de reflexões sobre as análises e estudos existentes sobre o tema e as formas como essas áreas têm sido consideradas nos marcos legais/institucionais e na prática do planejamento, especialmente a partir da aprovação do Estatuto da Cidade. O terceiro artigo, de autoria de Ricardo Polucha, discute questões polêmicas do planejamento urbano, a partir de um estudo de caso observado em Curitiba. O planejamento de Curitiba tem sido foco recorrente de análises, mas o artigo de Polucha traz avanços, por meio de um estudo sobre as consequências decorrentes da implantação de uma proposta de planejamento da expansão urbana da cidade, o que lhe permitiu aprofundar reflexões críticas sobre as relações entre o poder público e o setor privado na produção de periferias urbanas, valorizadas por investimentos realizados pelo primeiro e apropriados pelo segundo.

A questão ambiental permeia as análises dos dois artigos seguintes, ambos focados na Amazônia. No primeiro, Suyá Quintsler resgata quatro discursos que têm permeado essas análises – o desenvolvimentista, o da mercantilização da natureza, o preservacionista e o socioambiental – para, fazendo uso de evidências da observação empírica, avançar no entendimento da luta simbólica e material que diversos grupos

travam na busca pela legitimação de seus diferentes interesses em relação a esse território e ao uso de seus recursos naturais. No artigo seguinte, Maurício Valladares promove uma discussão sobre outro tema relevante para a área do PUR: os projetos de parques urbanos. A relação entre natureza, cultura e artifício permeia esta leitura crítica sobre o urbanismo atual. São analisados projetos para orlas fluviais com matizes naturalistas, projetos de revitalização urbana marcados pela naturalização do artifício, parques ecológicos e parques lineares interdisciplinares e multifuncionais que, segundo o autor, apontam para uma abordagem socioecológica de cidade. A novidade que o artigo oferece está na escolha do objeto empírico, cidades amazônicas, local privilegiado para a reflexão sobre o tema, especialmente sobre a possibilidade de superação da dicotomia observada em análises sobre natureza e artifício.

O sexto e o sétimo artigos abordam, respectivamente, direito urbanístico e efeitos locais decorrentes de política pública sobre a Lei de Informática. O primeiro, de autoria de Alex Ferreira Magalhães, discute a forma como se manifesta a instigante e complexa “convivência entre legalidade, norma comunitária e arbítrio” nas favelas. O autor analisa esta convivência com base em informações sobre transações imobiliárias obtidas em entrevistas realizadas com moradores de uma favela situada na cidade do Rio de Janeiro. Observa que ali as relações jurídicas são marcadas por três determinações distintas: os usos e costumes locais, estabelecidos em processos de negociação, as apropriações do sistema legal estatal e as imposições e/ou soluções arbitrárias na resolução de litígios, que exibem o aspecto de violência latente, presente nas relações sociais de maneira geral. A partir daí, e baseando-se em teorias sobre a natureza das normas jurídico-urbanísticas, o autor avalia as transformações que estariam sendo observadas no que ele denomina o *direito vivo nas favelas*.

Fernando Ramalho e Ana Cristina Fernandes são os autores do último artigo do presente volume. Utilizam o caso da produção de *softwares* em Campina Grande, Paraíba, para discutir os efeitos locais decorrentes de aplicação da Lei de Informática. Os resultados da pesquisa certamente contribuem, como afirmam os autores, tanto para aperfeiçoar o marco regulatório brasileiro sobre produção de *softwares*, quanto para avançar na produção do conhecimento sobre a análise e o planejamento local/regional no Brasil.

Este volume da RBEUR publica também a tradução de palestra proferida por Ananya Roy, da Universidade da Califórnia em Berkeley, durante o XIII Encontro Nacional da Anpur. Partindo da afirmação de que “a consolidação da pobreza é uma tendência global”, Ananya apresenta uma visão abrangente e consistente sobre “planejamento e gestão espacial de pobreza” no atual estágio do processo de mundialização econômica e socioespacial, reflete sobre alguns avanços necessários e afirma a esperança de que o planejamento (renovado e participativo), nesse novo milênio, será capaz de lidar com as questões levantadas sobre a pobreza, “superando, assim, o legado do determinismo ambiental”.

Duas resenhas integram e completam o presente volume. A primeira, elaborada por Ana Maria Daou, apresenta a coletânea de artigos *Cartografias sociais e território*, organizada por Henri Acselrad e publicada em 2008. A segunda, de Sarah Feldman, é sobre o livro de Sérgio Luís Abrahão intitulado *Espaço público: do urbano ao político*, também publicado em 2008.

GERALDO MAGELA COSTA
Editor responsável